

Duas catástrofes históricas: o Grande Incêndio de Londres e o Terramoto de Lisboa de 1755 – efeitos no Património Artístico e atitudes de recuperação

Madalena Costa Lima^{1,2,3,*} 

Maria João Baptista Neto¹ 

¹ ARTIS – Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade 1600-214 Lisboa, Portugal

² Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL-FLUL), Alameda da Universidade 1600-214 Lisboa, Portugal

³ Cátedra Infante Dom Henrique de Estudos Insulares e da Globalização – Universidade Aberta (CIDH-UAb), Rua da Escola Politécnica, 141, 1269-001 Lisboa, Portugal

* madalena.costalima@gmail.com

Resumo

O incêndio de Londres em 1666 e o terramoto de 1755 em Lisboa contam-se entre os acontecimentos que maior destruição causaram, nomeadamente sobre o Património, na Europa da Época Moderna. As circunstâncias políticas e culturais distintas das duas capitais e dos respetivos reinos traduziram-se em modos diversos de recuperar aquelas duas cidades. Não obstante as diferentes opções assumidas no plano urbanístico, observa-se que as preocupações e os preceitos de prevenção testemunhados na reedificação de ambas, bem como as práticas de demolir, reaproveitar ou reparar o Património que sobreviveu aos cataclismos foram comuns. Neste artigo, consideram-se as decisões tomadas no quadro das respetivas reabilitações e as várias matizes de sensibilidade ou consciência patrimonial manifestadas nas ocasiões.

Palavras-chave

Património Arquitetónico
Demolir
Reutilizar
Consertar
Reedificar

Two historical disasters: the Great Fire of London and the 1755 Lisbon Earthquake – repercussions in the Artistic Heritage and attitudes of rehabilitation

Abstract

The disasters with the most destructive impact, namely on Edified Heritage that occurred in Europe during the Modern Era took place in London and Lisbon, with the Great Fire of 1666 and the Great Earthquake of 1755. The different political and cultural circumstances of those capitals and corresponding kingdoms were translated in distinct forms of reconstructing the two cities. Notwithstanding the dissimilar options taken on the urban level, the concerns and precepts of prevention evidenced on the rebuilding of both, as well as the practices of demolishing, reuse or repair the Patrimony that survived the catastrophes were common. In this article, we look at the decisions taken in the panorama of the two rehabilitations, and the various shades of sensibility or awareness toward heritage demonstrated then.

Keywords

Architectural Heritage
Demolish
Reuse
Repair
Rebuild

ISSN 2182-9942



Contextos e efeitos: algumas (dis)semelhanças

Distam cerca de 90 anos as catástrofes que fizeram de Londres e Lisboa, capitais populosas e densamente construídas, palcos de desolação [1-2]. As dimensões da ruína, a rapidez com que adveio e a impotência que experimentaram quantos a viram impor-se justificam o epíteto de *Grande* que rapidamente foi apostado ao Fogo de Londres de 1666 e ao Terramoto de Lisboa de 1755 [3-5]. Em ambos os locais e durante os anos que sobrevieram a esses acontecimentos trágicos, a destruição, com um carácter inédito na Europa da Época Moderna, obrigou a refletir sobre o modo de fazer cidade e de intervir nos seus marcos, em particular, no património edificado, e instou a reerguer os lugares à luz de preceitos de salvaguarda que os protegessem e aos seus elementos em caso de futuras calamidades [6]. Com efeito, a adoção da pedra e do tijolo, em Londres, como materiais predominantes na construção de imóveis, e a aplicação da designada gaiola pombalina como elemento estrutural do edificado, em Lisboa, contam-se entre as mais célebres características da reconstrução de ambas as cidades que sublinham as preocupações advindas das catástrofes nelas ocorridas.

Além das muitas casas arruinadas – cerca de quatro quintos das que existiam em Londres e mais em Lisboa –, foram destruídas ou gravemente afetadas 87 das 109 igrejas londrinas e 35 das 40 paroquiais lisboetas [7-8]. O assacar de culpas por ambas as catástrofes foi rapidamente direcionado e assumiu contornos violentos. Enquanto que, em Portugal, a estratégia política entendeu a conveniência de incriminar os jesuítas pela ocorrência, em Inglaterra, foram sobretudo os populares quem apontou e perseguiu os pretensos culpados do incêndio, católicos e estrangeiros, espelhando a tensão vivida no país, particularmente assente nas dissensões entre os protestantes e a igreja de Roma.

A situação condicionava, evidentemente, Carlos II e a sua atuação perante o desastre. Para mais, Londres fora um bastião do republicanismo durante a guerra civil, fundamentando um relacionamento algo inseguro, de preocupação e incerteza, entre o rei e a cidade, temendo aquele que os efeitos depressivos do fogo sobre o comércio e sobre as condições de subsistência da população fizessem despontar uma revolta. Por isso, perante as diversas possibilidades observadas para reerguer Londres e dar à cidade uma nova feição, geométrica e moderna, conforme deixavam vislumbrar os projetos de Christopher Wren, John Evelyn, Robert Hooke ou Richard Newcour, e que espelhasse a grandeza do monarca e do seu reino – e vale a pena notar que os três primeiros eram membros da Royal Society –, acabaria por ser dada primazia à solução que menores escolhos legais e relacionados com os direitos de propriedade colocava, aquela que mais fácil e celeremente garantia o restabelecimento da dinâmica urbana: mantinham-se os velhos arruamentos e melhoravam-se tão-somente os aspetos relativos

à salubridade e segurança, nomeadamente, com a interdição de levantar edifícios em madeira ou impondo o nivelamento da altura do novo edificado [9].

Assim, e embora a *proclamation* ou declaração de Carlos II a Londres, emitida no rescaldo do incêndio, apontasse no sentido de se desenhar uma nova cidade, outra regulamentação se seguiu, com a aprovação de dois *rebuilding acts* e de diversas normas camarárias, concordando o rei e o parlamento, que superintenderam a reedificação, bem como as autoridades municipais, que a dirigiram, em manter o traçado antigo da capital. Deste modo, logrou-se que a cidade que fora consumida pelo fogo entre 2 e 5 de setembro de 1666 se reerguesse celeremente, encontrando-se os trabalhos de reconstrução quase todos concluídos em meados da década de 1670.

Os seus obreiros fundamentais foram os atrás referidos Christopher Wren e Robert Hooke, aliás, autores do obelisco-monumento ao Grande Incêndio de Londres, o célebre *The Monument*, que guarda a memória da catástrofe perto do local onde ela havia despontado [8]. A Wren, investigador, respeitado astrónomo e matemático, membro fundador da Royal Society e adepto assumido dessa nova Londres preterida – a capital de Carlos II que ele e o seu círculo gostariam de ver reerguida à imagem da Roma de Augusto –, e que acabaria por ser o principal arquiteto da reconstrução, devem-se os projetos da quase totalidade das igrejas reedificadas, entre as quais, a catedral, Saint Paul [10].

Admirador indefetível do classicismo, apesar de pioneiro no estudo da arquitetura gótica e autor de intervenções no estilo (sempre por exigência dos encomendantes), Wren escolheu reconstruir a vetusta e tantas vezes intervencionada catedral em estilo moderno, manifestando nesse processo um domínio magistral da estética clássica e do seu formulário mais reputado, francês e italiano. Adite-se que, pouco antes do grande incêndio, Wren tivera a oportunidade de aprofundar os seus conhecimentos sobre a arte de edificar em Paris. E que, já no início da década, fora chamado a aconselhar sobre a eventual reparação de Saint Paul, cuja estabilidade estrutural se temia fragilizada, aventando, desde logo, a renovação do exterior e interior do templo e a modernização estética do edifício. Seria, porém, o grande incêndio da cidade a permitir a construção de uma nova e monumental catedral, que vinha como que separar o tempo antigo do moderno, celebrando a Inglaterra restaurada dos Stuart que dava de novo à *Church of England* ou Igreja Anglicana o estatuto de igreja nacional.

Com efeito, Londres era então a capital de um reino recém restaurado, com diversas tensões e conflitos mais ou menos latentes, cujo soberano tinha o exercício da autoridade temperada, em especial, pelo parlamento e pelos poderes locais. Ao contrário, a cidade de Lisboa era, em Setecentos, a corte de um rei absoluto, com legitimidade incontestável para tudo determinar. Assim, se em Inglaterra a catástrofe não dera azo à atualização plena da capital, em Portugal, diferentemente, ela seria aproveitada para pôr em marcha um plano de

modernização quase radical da principal cidade do reino [6, 11-12].

A ideia foi exposta a D. José por via do seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, através da *Dissertação* que Manuel da Maia, engenheiro-mor do reino, submeteu para o efeito, logo a partir de dezembro de 1755, privilegiando o termo “renovação” na exposição das opções que entendia existirem para fazer face à ruína [13]. Manifestando sempre preocupações antissísmicas, expôs cinco alternativas possíveis para a reconstrução de Lisboa – “restituí-la ao seu antigo estado” [14], reconstruindo a cidade tal como ela era antes do fatídico acontecimento; “levantando os edifícios nas suas antigas alturas, e mudando as ruas estreitas em ruas largas” [14]; levantando edifícios com apenas dois pisos de altura e alargando as ruas; “arrazando toda a cidade baixa”, levantá-la “com liberalidade” sobre os entulhos, utilizáveis para ajustar os declives do terreno e garantir o escoamento das águas para o rio, evitando as inundações [14]; “desprezando Lisboa arruinada, e formando uma outra”, nova, a oeste da cidade velha –, e assumiu a sua preferência pela “renovação da cidade baixa [...] arrasando-a toda e renovando-a toda” [14]. Nesse sentido, aditou ao documento a descrição das seis plantas e dos três prospetos ou alçados de edifícios que mandara fazer com instruções precisas aos seus subordinados.

As diretrizes dispostas por Manuel da Maia sob o controlo de Pombal, e ratificadas pelo rei, foram executadas por equipas dirigidas por engenheiros militares. Entre eles, destacaram-se com notoriedade os também arquitetos Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, devendo-se ao primeiro a planta aprovada para a reconstrução da cidade baixa. Contudo, passariam cerca de dois anos sobre a conclusão da *Dissertação* do engenheiro-mor do reino até que D. José promulgasse, a 12 de maio de 1758, o alvará que tornava pública e oficial a reedificação de Lisboa de acordo com o “novo plano regular e decoroso” [12]. A submissão à vontade do rei e às ordens do seu primeiro-ministro, isto é, a subordinação ao plano e à ideia de uma cidade moderna, apontava rigorosamente no sentido de serem demolidas as preexistências arquitetónicas que tivessem restado na cidade baixa.

De facto, o património que sobreviveu danificado às catástrofes, no processo de reconstrução de Londres e de Lisboa, foi sobretudo arrasado. Porém, foi também equacionado à luz de outros destinos, como atestam as fontes e as próprias características materiais das obras: ser reutilizado ou reaproveitado, e ser consertado ou reparado [10, 15].

Demolir, reutilizar ou consertar edifícios notáveis

Como resulta do exposto, a opção por demolir foi privilegiada tanto na capital inglesa como na portuguesa. Na primeira, foi mesmo a solução encontrada para aplacar

as chamas do incêndio quando este atingiu o seu auge. Foi, também, a decisão assumida perante o que restara de um dos seus mais importantes edifícios, a Catedral de São Paulo, cujos trabalhos atrás mencionámos. Demolir, arrasar aquilo que as catástrofes haviam debilitado era, antes de tudo, uma medida de prevenção, no sentido de evitar derrocadas não intencionais e causadoras de perdas inesperadas [9, 15-16].

Esta realidade e especialmente a visão de uma nova cidade justificaram a demolição do que restara de construções como a Casa da Ópera, a Patriarcal, a Torre do Relógio ou o Palácio Corte Real (casas do infante D. Pedro), em Lisboa. Com efeito, em 1757, subiu ao rei uma informação a dar conta da dificuldade de armazenamento do “entulho dos desmanchos” dos edifícios na Ribeira das Naus [15].

Do conjunto de imóveis que a documentação da reedificação de Lisboa nomeia, destaca-se a hesitação, em 1758, “pelo que pertence á demolição, ou conservação da Torre do Relógio”, encomendada a Canevari por D. João V e aparentemente erigida sobre, ou aposta a, uma preexistência [15]. Eugénio dos Santos, os mestres e trabalhadores ativos no local “representaõ incessantemente [...] a indispensavel necessidade, que há de se dimulir a Torre do Relogio [...] ficando inclinada pelo terremoto, se mostra hoje em mayor perigo de perder o equilibrio, por se achar dezamparada das paredes do Palacio, que se abateraõ para a continuação das obras” [15]. Também os sobejos dos vetustos templos de São Nicolau e de Santa Justa, pelo menos a fachada principal do primeiro e as paredes de ambos, “tudo por orde do ministerio [de Sebastião José de Carvalho e Melo] foi demolido” [15].

As operações de demolição resultaram num imenso volume de alvenaria e de cantaria onde se contavam diversas peças capazes de servir ainda à edificação. E as circunstâncias da reconstrução, que recomendavam práticas aliadas à economia de meios e de tempo, favoreciam o seu reaproveitamento. Por isso, um oficial das obras de Lisboa lembrava que “no antigo caes da casa da india, e largo fronteiro á Santa Igreja Patriarcal, se achãõ varias pedrarias assim lavradas como em toscos, que não tem uso, e se podem aproveitar na mesma real obra [do Arsenal]” [15]. A reutilização desse tipo de elementos seria uma prática comum. Sensível à conveniência da mesma, D. José ordenou, por exemplo, que fossem retiradas “todas as pedrarias do Edificio, que está contiguo á Patriarcal, nas faceas do seu Adro, assim do exterior, como do interior, para se aproveitarem na obra, que o mesmo Senhor Manda fazer no sitio de Belém”, sendo essa “pedraria do desmancho [...] para se conduzir para a Igreja de Nossa Senhora da Memória que o mesmo Senhor Manda fazer” [15]. Esta última ordem foi transmitida em maio e novamente em agosto de 1760, sendo a primeira pedra do templo, riscado pelo autor da arruinada Casa da Ópera do Paço da Ribeira, o italiano Giovanni Carlo Bibienna, mas essencialmente devido ao arquiteto Mateus Vicente de Oliveira, lançada em meados de setembro.

A mesma solução, mas com um peso ou impacto formal sobremaneira maior, terá sido tomada relativamente ao portal e janela de sacada da Patriarcal, projeto de João Frederico Ludovice que diversos autores entendem figurar na fachada principal da Igreja de São Domingos [15]. Aliás, o mesmo arquiteto joanino, cerca de sete anos antes da catástrofe, desenhara a capela-mor barroca desse templo centenário da cidade que caberia a Carlos Mardel e a Manuel Caetano de Sousa recuperar, após o sismo. Reaproveitado foi, igualmente, o portal sul da Igreja da Misericórdia e um par de janelões que lhe pertenceriam, peças tardo-góticas, inusitadas e dissonantes no desenho da geométrica cidade pombalina, que passaram a marcar a fachada principal da Igreja da Conceição Velha ou Igreja da Conceição dos Freires (da Ordem de Cristo), que conservou ainda uma capela maneirista desse templo da Santa Casa [15]. A intervenção de adaptação dos elementos preexistentes foi também, de certo modo, de atualização do edifício, sendo apenso ao frontispício um singelo frontão clássico com tímpano discretamente vazado.

Atualizar ou modernizar era de facto a intervenção diletta e dominante, praticada desde há muito sobre as preexistências. Pese embora o famigerado alvará de 20 de agosto de 1721, dado à Academia Real da História Portuguesa por D. João V, para se “conservarem os monumentos antigos” [15], essencialmente objetos móveis, mas também edifícios que tivessem sido produzidos até ao reinado de D. Sebastião, o património, muito especialmente o arquitetónico, continuava a ser intervencionado para melhor se adequar ao estilo do tempo. Diga-se, a propósito, que foi durante o reinado de o Magnânimo que tiveram lugar as mais significativas campanhas de atualização de igrejas e de outras edificações bastante antigas e até destacadas na história do reino. A estes imóveis centenários e relevantes a documentação coeva designa como “edifícios notáveis”, “sumptuosos” ou “majestosos”, nunca ou quase nunca empregando nas suas referências o termo monumento [15]. Antes, utiliza-o para referir documentos escritos, objetos inscritos (como lápides) ou, digamos assim, de carácter arqueológico (como pedras lavradas).

Finalmente, entre esses edifícios com valor artístico e de memória, houve também os que, danificados pelas catástrofes, foram consertados ou reparados. São significativas as intervenções efetuadas na Sé ou Basílica de Santa Maria Maior, e na Igreja dos Jerónimos ou do Mosteiro de Santa Maria de Belém. Se na primeira a decisão tomada foi no sentido de fazer obra moderna, projetando uma capela-mor rococó no edifício, essencialmente medieval, e substituindo a abóboda de pedra da sua nave central por uma cobertura de madeira, ritmada por alguns óculos, na segunda, pelo contrário, a deliberação terá sido de que fossem mantidas as linhas primitivas da construção.

Na visita que efetuou à Catedral em 1760, o viajante britânico Thomas Pitt encontrou um templo facilmente reparável, cuja nave, que percorreu e desenhou com

os seus arcos de volta perfeita, se mantinha coesa [15]. Todavia, entre o final da década e o início da de 1780, sob a direção de Reinaldo Manuel dos Santos e a inspeção de D. Luís da Câmara, o edifício foi consideravelmente alterado, apeando-se a cobertura de pedra da sua nave central para colocar uma diversa, ao gosto do tempo, em madeira para receber pintura e estuque, procedendo-se a várias outras atualizações do espaço [15].

Menos conhecida, a intervenção nas abóbadas de Santa Maria de Belém, para a qual a documentação comprova que o rei mandou expedir 1900 tábuas com perto de 4,5 metros de extensão do pinhal de Leiria, no início de 1758, não se evidencia facilmente [15]. De onde se depreende a intenção de manter a consonância plástico-formal do abobadamento e o respeito existente pela estética da preexistência, estilo tardo-gótico ou manuelino original, que se associaria já à narrativa dos Descobrimentos, idade de ouro do reino.

Entre as notas de “consertar”, “reparar” ou “reedificar” que referem as muitas fontes da época a propósito do património edificado e no contexto do pós-terramoto – onde praticamente não se encontra registo do termo “restaurar” –, verifica-se que esta opção de intervenção foi incomum e aquela que maiores desafios técnicos e artísticos colocava, como se entende da documentação relativa ao mesmo caso de Belém ou das fontes concernentes à abóbada estrelada da Ermida de Nossa Senhora das Salas ou Salvas, em Sines, derribada pelo sismo, sem que houvesse então quem “se atreva a continuála com a mesma formalidade”, com que efetivamente acabaria por ser, e se mostra ainda hoje [15].

As catástrofes de Londres e de Lisboa foram, efetivamente, uma oportunidade para atualizar o património imóvel [9, 12, 17]. As comemorações de ambos os centenários, os 250 anos do terramoto de Lisboa e os 350 anos do fogo de Londres, deram lugar a jornadas de estudo e produção científica diversa, além de terem promovido iniciativas de cariz informativo orientadas para o grande público. As campanhas de divulgação insistiram nos efeitos destrutivos dos dois grandes desastres para lembrar, especialmente, os impactos e as reflexões urbanísticas a que elas deram origem, mas também os processos construtivos concebidos para a prevenção de novos sinistros. Recordar a ruína, pensar a cidade e insistir na salvaguarda do construído vem desviando a tónica do campo das práticas e das atitudes de recuperação do património. As observações que aqui foram expostas esperam poder contribuir para alargar o conhecimento sobre a matéria e incitar à realização de novos estudos.

Referências

- 1 Bell, W. G., *The Great Fire of London*, Bracken Books, London (1994).
- 2 Sousa, L. P., *O Terramoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal e um Estudo Demográfico*, 4 vols., Serviços Geológicos, Lisboa (1919-1932).

- 3 Araújo, A. C. (ed.), *O Terramoto de 1755. Impactos Históricos*, Livros Horizonte, Lisboa (2007).
- 4 Buesco, H. C., Cordeiro, G. (eds.), *O Grande Terramoto de Lisboa: Ficar Diferente*, Edições Colibri, Lisboa (2006).
- 5 Robinson, B., "London's burning: the great fire", *BBC History*, http://www.bbc.co.uk/history/british/civil_war_revolution/great_fire_01.shtml (acesso em 2016-11-24)
- 6 Murteira, M. H. C., 'A place for Lisbon in the eighteenth century Europe: Lisbon, London and Edinburgh, a town-planning comparative study', tese de doutoramento, University of Edinburg (2004).
- 7 *The Great Fire of London*. Museum of London, London Metropolitan Archives, Guildhall Art Gallery, The Monument, <http://www.fireoflondon.org.uk> (acesso em 24-22-2016)
- 8 Matos, A.; Portugal, F., *Lisboa em 1758. Memórias Paroquiais de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa (1974).
- 9 Reddaway, T. F., *The Rebuilding of London After the Great Fire*, London, Jonathan Cape, 1940.
- 10 Soo, L. M., *Wren's 'Tracts' on Architecture and Other Writings*, Cambridge University Press, Cambridge (1998)
- 11 França, J.-A., *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, 3.^a ed., Bertrand, Venda Nova (1983).
- 12 França, J.-A., *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*, 3.^a ed., Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa (1989).
- 13 Rossa, W., 'Dissertação sobre reforma e renovação na cultura do território pombalino', in *O Terramoto de 1755. Impactos históricos*, ed. A. C. Araújo, Livros Horizonte, Lisboa (2007), 379-393.
- 14 Aires, C., *Manuel da Maya e os Engenheiros Militares Portugueses no Terremoto de 1755*, Imprensa Nacional, Lisboa (1910).
- 15 Lima, M. M. G. C., 'Conceitos e atitudes de intervenção arquitetónica em Portugal: 1755-1834', tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2013), <http://hdl.handle.net/10451/10741>.
- 16 Bradley, S.; Pevsner, N., *London: the City Churches (The Buildings of England)*, Penguin, London (1999).
- 17 *Monumentos* 21 (2004).

Recebido: 2016-12-24

Aceite: 2017-02-16

Online: 2017-02-23



Licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt>.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.en>.

Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-SinDerivar 4.0 Internacional. Para ver una copia de esta licencia, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.